

O que o Brasil vai pedir ao Clube de Paris

O reescalonamento de créditos governamentais no montante de US\$ 12,1 bilhões será um dos pedidos a serem feitos pelo Brasil na próxima rodada de negociações com o Clube de Paris. Antes disso, porém, o País terá de concluir o acordo anterior, fechado em novembro de 83. Para isso, falta assinar o reescalonamento de US\$ 582,3 milhões com os governos do Canadá, Itália e Portugal.

O Ministério da Fazenda confirma que a proposta do governo brasileiro é de reescalonar o principal da dívida, cujos vencimentos estão previstos para o período de 1985 a 1991. Desta vez, contudo, o Clube de Paris será bem menos generoso, não devendo aceitar a inclusão dos juros no processo de refinanciamento.

No primeiro acordo com o Clube de Paris, o Brasil acertou o reescalonamento de 85% do principal mais os juros devidos em créditos governamentais e a 17 países, no período de agosto de 1983 a dezembro de 1984. O total, em torno de US\$ 3,5 bilhões, foi reescalonado para nove anos de prazo e cinco de carência.

Agora, o Brasil deseja refinanciar pelo menos todo o principal, embora com outros países o clube só tenha aceito, no máximo, renegociar 95% das amortizações. Para este ano, por exemplo, o refinanciamento deveria ficar, de acordo com cálculos do governo anterior, em torno de US\$ 1 bilhão. Mas houve mudanças significativas nas cifras, em decorrência de novos levantamentos efetuados pelo Ministério da Fazenda, Sepplan e Banco Central.

No final de janeiro, o então ministro da Fazenda, Ernane Galvões, encontrou-se em Paris com o representante do clube, Phillippe Jourgersen, para formular a proposta de refinanciamento plurianual de cerca de US\$ 6 bilhões. Os levantamentos efetuados pela Nova República apontam a dívida a ser refinaciada em US\$ 12,1 bilhões. Parece que o antigo governo, de fato, não contabilizava bem: na primeira renegociação, pretendia refinanciar US\$ 1,8 bilhão, mas os governos credores mostraram que a cifra correta atingia US\$ 3,5 bilhões.

O Ministério da Fazenda admite que o acordo com o Clube de Paris será precedido do acordo com os bancos credores e Fundo Monetário Internacional — FMI. Nesse interim, tentará fechar os contratos de refinanciamento de US\$ 506 milhões com o Canadá, US\$ 76,2 milhões com a Itália e US\$ 1 milhão com Portugal.

Novos recursos

O governo brasileiro continua renegociando com o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) a liberação adicional de recursos, para cobrir eventuais necessidades para o fechamento do balanço de pagamentos, informou ontem fonte autorizada do Ministério da Fazenda.

Uma missão do Banco Mundial encontra-se em Brasília, examinando com a assessoria internacional da Secretaria de Planejamento da Presidência da República — Sepplan — a liberação de parcelas de empréstimos que, por razões diversas, não seriam desembolsadas este ano.

Fonte autorizada explicou que existem coisas incríveis que impedem a liberação de recursos das instituições oficiais para o Brasil.

Alguns créditos, por exemplo, foram suspensos porque o Brasil violou uma série de cláusulas contratuais de preservação do ambiente, proteção às reservas indígenas etc., ocorridas no governo do general João Figueiredo. Além disso, o Banco Mundial tem um mecanismo que permite o desembolso imediato de recursos para alguns programas específicos.

Outro técnico lembrou que o ministro Francisco Dornelles, em sua audiência com o presidente do Banco Mundial, A. W. Clausen, pediu pressa na liberação de parcelas de empréstimos que, no total, alcançam US\$ 1,312 bilhão. Normalmente, esse dinheiro não seria liberado todo este ano, mas apenas parcelas que estão congeladas por alguma razão que o atual governo pretende resolver.

O Ministério da Fazenda confia também que, se o novo acordo com o FMI for fechado com certa rapidez, ainda receberá este ano US\$ 1,2 bilhão. Se houver demora no acordo, receberá apenas uma parcela de US\$ 400 milhões. E, nesse caso, de fato, haverá necessidade de se arranjar dinheiro para cobrir o déficit do balanço de pagamentos.

O secretário-geral do Ministério da Fazenda, Sebastião Marcos Vidal, disse ontem que, se o Brasil necessitar de dinheiro novo este ano para fechar o balanço de pagamentos, não terá dúvida em recorrer ao mercado financeiro internacional.